



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA -
FUNDEP.

PROCESSO: 01.098.864.14.77

INSTRUMENTO JURÍDICO:

O **Município de Belo Horizonte**, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social, Marcelo Alves Mourão, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, e o Procurador-Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP**, estabelecida na Av. Antônio Carlos, 6.627 – Campus UFMG – Unidade Administrativa II – 4º andar – Pampulha – Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.720.938/0001-41, representada por seu Presidente, Alfredo Gontijo de Oliveira, CPF 045.124.216-53, ou procuradores conforme documentação no processo, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato de prestação de serviços, em conformidade com o Decreto Municipal 10.710/01 e com a Lei 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é firmado mediante dispensa de licitação, com fulcro no inciso XIII, do artigo 24, c/c inciso VI do artigo 13, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos educacionais pela **CONTRATADA**, para realização de curso de capacitação em “Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça”, na modalidade presencial, destinado a 120 técnicos da SMAAS, subordinada ao **CONTRATANTE**, com carga horária total de 44 horas/aula, de acordo com a Proposta de Prestação de Serviços nº 321775/2014 apresentada pela **CONTRATADA**, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição.

2.2. As especificações da prestação do serviço encontram-se discriminadas no Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A execução dos serviços contratados, objeto do presente instrumento, está a cargo do Departamento do Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG o qual se responsabiliza pelo conteúdo necessário à realização dos mesmos, estando os serviços devidamente detalhados na proposta da Contratada, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

3.2. A execução do presente contrato será realizada sob a coordenação da Professora Adriana Goulart de Sena Orsini, lotada no Departamento do Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que deverá desenvolver todos os trabalhos atribuídos com o padrão de diligência que corresponde a sua condição profissional no âmbito de atuação do Projeto.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato terá vigência de 03 (três) meses, com início a partir de 27/08/2014, podendo ser prorrogado, após justificativa e acordo entre as partes, nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8666/93.

4.2 O período de realização da capacitação será acordado entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** e documentado no processo por meio de email entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR

5.1. O presente Contrato tem o valor total de R\$32.788,80 (trinta e dois mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).



Q. Camp



MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.098.864.14.77

5.2. O preço contratado cobre todas as despesas inerentes à prestação do serviço; incluindo todos os tributos, encargos, custos financeiros, lucro, remuneração de professores e equipe de apoio, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, despesas fiscais, emissão dos relatórios, equipamentos e demais despesas e ônus que porventura possam incidir sobre a prestação do serviço, objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

1011.0057.08.244.020.2878.0003 3.3.90.39-54 F-03.40.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Disponibilizar instalações físicas (sala, mesas e cadeiras) para a formação de acordo com as normas técnicas do Ministério do Trabalho e, também as relativas à luminosidade, ventilação, aclimação, espaço físico, limpeza e higiene, ergonomia, segurança e layout.
- 7.2. Substituir os instrutores do curso objeto deste contrato, imediatamente, por motivo de faltas injustificadas, afastamentos médicos, férias, outros afastamentos legais, ou quaisquer outros motivos, seja temporário, periódico ou definitivo.
- 7.3. Manter sigilo acerca de informações que possam vir a ser discutidas nos debates, estudos de caso e exercícios.
- 7.4. Substituir, de imediato, a qualquer tempo e por determinação do CONTRATANTE, os professores que não atenderem às exigências deste contrato e aos requisitos e padrões de qualidade necessários ao adequado desempenho das funções e atividades relativas aos serviços contratados.
- 7.5. Iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura deste contrato.
- 7.6. Fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se por qualquer acidente que venha a ocorrer em decorrência da execução dos serviços contratados.
- 7.7. Dar ciência imediata e oficializar por escrito ao CONTRATANTE qualquer interrupção, indisponibilidade ou anormalidade constatada na execução dos serviços objeto deste contrato.
- 7.8. Prestar obrigatória e imediatamente, esclarecimentos às solicitações requeridas pelo CONTRATANTE, documentando-as.
- 7.9. Emitir relatórios contendo a frequência ao final de cada módulo e a avaliação do desempenho dos participantes.
- 7.10. Corrigir às suas expensas imperfeições ou omissões nos serviços executados.
- 7.11. Assegurar que os professores responsáveis por ministrar a capacitação objeto deste contrato atendam ao perfil profissional descrito no Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Exercer controle, administração e gestão da prestação dos serviços objeto deste contrato.
- 8.2. Determinar a substituição de imediato e a qualquer tempo dos empregados da CONTRATADA que não atenderem às exigências do contrato e aos requisitos e padrões de qualidade necessários ao adequado desempenho das funções de treinamento.
- 8.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades referentes à execução dos serviços prestados.





MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.098.864.14.77

- 8.4. Prestar todas as informações necessárias com clareza à CONTRATADA para a execução dos serviços contratados.
- 8.5. Indicar os servidores que participarão do curso.
- 8.6. Atestar as Faturas emitidas pela CONTRATADA referente aos serviços prestados em conformidade com este Contrato, bem como efetuar o pagamento do valor consoante Cláusula Oitava do presente instrumento.
- 8.7. Arcar com o custo do produto contratado, independente da evasão dos alunos.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO/PAGAMENTO

9.1. O pagamento dos serviços contratados será realizado da seguinte forma:

9.1.1. Primeira única: R\$ 32.788,80 (trinta e dois mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).

9.2. A contratada deverá emitir Fatura conforme legislação vigente, discriminando, obrigatoriamente, o nome do módulo realizado, o conteúdo, a carga horária, o número de turmas e o número de alunos.

9.3. A contratada deverá enviar além da Fatura, os seguintes documentos:

- 9.3.1. Apresentação prévia de registro fotográfico que permita verificar que permita verificar a efetiva realização do curso, por meio do qual se possa inferir que o local registrado corresponde ao previsto no ajuste, bem como que a atividade fotografada corresponde à esperada;
- 9.3.2. Documento informando a quantidade de alunos inscritos e a quantidade de alunos presentes, bem como o nome completo, profissão, endereço eletrônico, telefone, endereço residencial;
- 9.3.3. Cópia de lista de presença diária.

→ 9.4. O pagamento dos serviços contratados será realizado em até 30(trinta) dias da emissão de cada Fatura, por meio de depósito em conta corrente bancária da contratada.

9.5 Os dados bancários da contratada deverão ser informados no corpo da Fatura, que deverá estar devidamente atestada pelo setor competente.

9.6. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:

10.1.1. advertência.

10.1.2. multas, nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 19,8%, correspondente a até 60 (sessenta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

b) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese de o infrator descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;





MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.098.864.14.77

c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;

e) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

10.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.

10.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

10.3. As penalidades de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar serão aplicadas pelo Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social.

10.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pela Secretária Municipal de Políticas Sociais.

10.5. Na aplicação das penalidades será facultada a defesa prévia no respectivo processo, nos seguintes prazos:

10.5.1. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar o prazo para apresentação de defesa será de 5 (cinco) dias úteis;

10.5.2. No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, o prazo para apresentação de defesa será de 10 (dez) dias úteis;

10.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

10.6.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

10.7. O atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, garantido o pagamento dos serviços já prestados, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses da CONTRATADA:

11.1. Infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato.

11.2. Transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, salvo com prévia autorização expressa do CONTRATANTE.

11.3. Entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se.

11.4. Deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao CONTRATANTE.





MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.098.864.14.77

- 11.5. Deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais.
- 11.6. Ser declarada inidônea e/ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal.
- 11.7. Subcontratar total ou parcialmente o objeto ajustado, associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, salvo com prévia autorização expressa do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

Este contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, desde que devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem que disso decorram indenizações, garantindo-se, todavia, o pagamento pelos serviços já prestados ou eventuais prejuízos a que se submeta a CONTRATADA decorrentes do presente ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ADITAMENTO DO PROJETO, SERVIÇOS E PREÇOS

Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa do presente contrato que implique custos adicionais, ou alteração conceitual do projeto.

- 13.1. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- 13.2. Não constitui alteração contratual o reajuste de preços previsto contratualmente.
- 13.3. Excetuam-se da regra as alterações autorizadas prévia e expressamente pelo Representante Legal do CONTRATANTE, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Caberá a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, por meio de ofício, quando da assinatura do contrato, indicar o(s) servidor(es) responsável(eis) pela fiscalização do Contrato bem como para dirimir dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, e de tudo dará ciência à contratante, conforme art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666, de 1993.

14.2. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência dos serviços que deverão ser, imediatamente, confirmados por escrito.

15.2. Os ambientes físicos, salas e equipamentos utilizados na execução dos serviços contratados deverão ser reservados e de uso exclusivo para os fins do objeto deste contrato, durante o horário em que o curso estiver em andamento, sendo, também, fornecidos a expensas da CONTRATADA.

15.3. As atividades ou trabalhos a serem contratados somente poderão ser veiculados pela CONTRATADA, através de qualquer meio de divulgação, quando expressa e oficialmente autorizado pela Gerência de Coordenação das Medidas Socioeducativas e mencionada a participação do CONTRATANTE como Coordenador do Projeto e proprietário dos resultados, e da CONTRATADA em conjunto com o CONTRATANTE, como executores.

15.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA -
FUNDEP.

PROCESSO: 01.098.864.14.77

15.5. A CONTRATADA será responsável perante o CONTRATANTE, sob todos os aspectos, circunstâncias e eventualidades, respondendo pela qualidade dos serviços constantes neste contrato, bem como, pelo sigilo dos relatórios e trabalhos.

15.6. Reserva-se ao CONTRATANTE, por meio do Secretário da SMAAS, o direito de recusar, em parte, ou no todo, os serviços executados pela CONTRATADA, desde que apresentados fora das condições prescritas, cabendo à CONTRATADA, refazê-lo sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE e/ou deduzir o valor correspondente, conforme seja o caso.

15.7. Eventuais prorrogações do contrato não implicam, necessariamente, no reajuste dos valores inicialmente contratados.

15.8. Os locais de realização das aulas poderão sofrer alteração de um módulo para outro, de acordo com planejamento prévio e divulgado com antecedência aos alunos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO

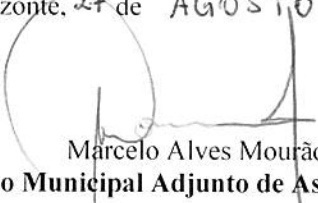
A publicação do extrato do presente contrato no "Diário Oficial do Município" correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.


CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO


Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que será levado a Registro na Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 27 de AGOSTO de 2014.

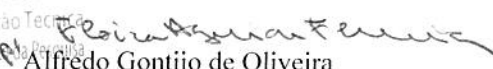

Marcelo Alves Mourão
Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social


Marcelo Piancastelli de Siqueira
Secretário Municipal de Finanças


Camilo Cândido de Araújo Júnior - B/M 105.553-2
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro
SMATES/SMF


Rúsvel Beltrame Rocha
Procurador-Geral do Município


Eloiza Aguiar Ferreira
Assessora de Cooperação Técnica
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa


Alfredo Gontijo de Oliveira
Presidente da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP

Testemunhas:

1)

2)


Kelly Gomes Ferreira
Analista de Captação de Projetos
Gerência de Captação de Projetos
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa





MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.098.864.14.77

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. METODOLOGIA:

1.1. A fim de garantir o envolvimento dos servidores e seu maior aproveitamento no curso, a metodologia deve ser interativa utilizando aulas expositivas, dinâmica de grupo, exposição e discussão de conteúdos, com apoio de recursos audiovisuais: data show, flip-chart, vídeo, TV e quadro branco. As indicações/referências bibliográficas e os livros adotados ao longo do curso deverão ser atualizados.

1.2. Deve ser planejada também a utilização de recursos pedagógicos, debates e pesquisas que aproveitem as experiências profissionais dos servidores.

1.3. O curso deverá ter por princípio a prática de construção do conhecimento pautada no diálogo, debate e esclarecimento de dúvidas.

1.4. O curso terá carga horária total de 44 (quarenta e quatro) horas, sendo que serão 36 (trinta e seis) horas/aulas e 8 (oito) horas/aulas serão de supervisão. O conteúdo programático deverá ser trabalhado por meio de aulas expositivas, combinadas com exercícios práticos individuais ou em pequenos grupos.

2. PLANEJAMENTO, CORPO DOCENTE E COORDENAÇÃO

2.1. O planejamento e a execução do curso deverão considerar que:

- A carga horária total do curso é de 44 (quarenta e quatro) horas, que serão divididas em 4 (quatro) módulos e 2 (dois) encontros de supervisão, conforme definido no item nº 4.3 da proposta da Fundep 321.775/2014 – Cronograma.
- Os módulos serão ministrados sequencialmente, para duas turmas de 60 (sessenta) alunos cada, perfazendo um total de 120 (cento e vinte) alunos atendidos.
- A participação do aluno em todos os módulos do curso será obrigatória, não poderá haver variação no público alvo de cada módulo. Será exigida para fins de expedição do certificado, pela Contratante, a frequência de 75% das aulas presenciais. Haverá duas listas de frequência em cada período (matutino e vespertino) do curso.
- Será considerado aprovado o participante com frequência de 75% das aulas presenciais (para fins de expedição do certificado pela Contratante).

2.2. O curso contará com uma Coordenação indicada pela CONTRATADA e o CONTRATANTE designará no âmbito da PBH o coordenador para acompanhar a execução dos serviços contratados.

2.3. O(s) professore(s) responsáveis por ministrar a capacitação, objeto deste contrato deverão apresentar o seguinte perfil profissional e habilidades:

- Saber expressar-se com clareza e objetividade, tanto na linguagem oral como na escrita;
- Responder pelo cumprimento e qualidade de atendimento;
- Experiência como docente e/ou palestrante;
- Boa fluência verbal, boa dicção, clareza e objetividade tanto na linguagem oral como na escrita;
- Maturidade emocional para agir com calma e tolerância, não se desestabilizando frente a situações que fujam da sua rotina de trabalho.





MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.098.864.14.77

3. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS SERVIÇOS:

3.1. A sala de aula: deverá ser suficientemente iluminada, ventilada, arejada, paredes limpas e pintadas. Os assentos deverão ser em número suficiente ao de alunos, além de confortáveis e estar em bom estado de conservação. A sala de aula deverá também estar equipada com os recursos audiovisuais necessários;

3.2. Banheiros: deverão ser disponibilizados banheiros masculinos e femininos, próximos à sala de aula, devidamente equipados, limpos e em bom estado de conservação;

3.3. Local para desenvolvimento dos cursos: os cursos deverão ser realizados em espaço disponibilizado pela CONTRATADA, e deve estar situado em região de fácil acesso aos servidores, seja de transporte público ou veículo próprio, na região central da cidade de Belo Horizonte;

3.4. A carga horária total: será de 44 (quarenta e quatro) horas, sendo realizado em módulos da seguinte maneira:

- Módulo I – 4 horas de concentração presencial
- Módulo II – 4 horas de concentração presencial
- Módulo III – 4 horas de concentração presencial
- Módulo IV – 4 horas de concentração presencial.
- 2 Encontros de Supervisão – 4 horas de concentração presencial cada, totalizando 8 horas de supervisão.

As turmas terão aulas presenciais independentes e não simultâneas, ou seja, cada turma terá o seu cronograma, não conflitando dias/horários de uma turma com a outra, de modo a permitir que o efetivo docente esteja se ocupando de uma turma por vez.

3.5. Cronograma: os serviços terão início em até no máximo 60 (trinta) dias corridos da data 25/08/2014.

3.6. Composição das Turmas: cada turma poderá ser composta por no máximo 60 (sessenta) técnicos indicados pela PBH.

3.7. Público alvo: Analistas de Políticas Públicas da Equipe Técnica da Gerência de Coordenação das Medidas Socioeducativas e técnicos integrantes da rede (01CMDCA, 03 TJ e 04 SUASE).

3.8. Material Didático: a CONTRATADA deverá entregar a GECMES uma matriz única em formato PDF, CD-Room ou PenDrive). Os direitos autorais do material produzido são de propriedade do Programa RECAJ UFMG. A reprodução do material didático está autorizada pelo Programa RECAJ UFMG, restando a condição de que o material seja utilizado pela PBH para a formação de novos técnicos. Tal reprodução poderá ser utilizada pelo período de um ano, prazo estabelecido para que o material seja revisado e atualizado pela equipe que o elaborou ao final do período de concessão de reprodução do mesmo. A revisão do material após o período de um ano não está contemplada no orçamento.

3.9. Certificados: a CONTRATANTE deverá emitir certificados a todos os servidores que obtiverem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência das horas/aula previstas na estrutura curricular do curso, devendo a CONTRATADA encaminhar as listas de presença de todas as aulas, ao final de cada turma, à Gerência de Coordenação das Medidas Socioeducativas (GECMES).

4. ESCOPO DO CURSO: RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E ACESSO À JUSTIÇA

4.1. Carga Horária total do Curso: 44 HORAS

- 44 (quarenta e quatro) horas de aulas presenciais e supervisão

4.2. Número de Turmas: 02

4.3. Número de alunos por turma: 60

4.4. Número de módulos: 04

4.5. Organização dos Módulos e conteúdo programático:

Módulo I: Proteção da Criança e do adolescente



[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA -
FUNDEP.

PROCESSO: 01.098.864.14.77

Módulo II: Formas de prevenção e solução de conflitos e acesso à justiça

Módulo III: Justiça restaurativa e práticas restaurativas

Módulo IV: Possibilidades e desafios para o tratamento adequado de conflitos envolvendo adolescentes pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

A discriminação detalhada dos conteúdos encontra-se na Proposta da Fundep 321.775/2014 anexa ao processo 01.098.864/14-77.



[Handwritten signature]